REVISTA DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Edição nº 29 . novembro 2026

PAZ, DEMOCRACIA E COOPERAÇÃO: PRESERVAR CONQUISTAS, CONSTRUIR FUTURO

ONGD
PLATAFORMA . PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
Paz, Democracia e Cooperação:
Preservar Conquistas, Construir Futuro

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
Plataforma Portuguesa das ONGD

CONSELHO EDITORIAL
Carla Paiva, Carlos Rosado, Rogério Cansado, Firmino Cordeiro, Olga Sousa, Jorge Revez, Luciana Almeida, Mafalda Infante, Mariana Esteves, Rita Leote

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO
Francisco Seixas da Costa, Pedro Seabra, André Rocha, Susana Fonseca, Bubacar Turé, Fátima Proença, Sandra Machado, Henrique Frota, Felisberto Moreira, Jorge Sousa, Florbela Paraíba

DESIGN GRÁFICO
Ana Grave

CAPA E PAGINAÇÃO
Inês Lourinho Silva

ISSN
2182-8199

DATA
novembro de 2026

CONTACTOS
Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Heróis de Chaimite, nº 12, 1º andar, Escritório 13,
2675-374 Póvoa da Santo Adrião, Odivelas, Portugal
Tlf +351 218872239
info@plataformaongd.pt
www.plataformaongd.pt
www.facebook.com/PlataformaONGD
www.instagram.com/plataformaongd

COM O APOIO DE

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Plataforma das ONGD tem por missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das suas Associadas, a nível institucional, político, legislativo, financeiro e social, promovendo uma cultura de partilha, de parceria, de responsabilidade e de excelência na organização e nas práticas das ONGD Portuguesas que trabalham para um mundo mais justo e equitativo nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

ÍNDICE

04
EDITORIAL
CONSELHO EDITORIAL

06
COMPROMISSO COM O MULTILATERALISMO
FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

12
QUANDO TUDO PARECE UM PREGO: DEFESA, COOPERAÇÃO E AJUDA AO DESENVOLVIMENTO
PEDRO SEABRA

16
DRONES, ALGORITMOS E CRIANÇAS: O LADO INVISÍVEL DA GUERRA
ANDRÉ ROCHA

22
SEM JUSTIÇA AMBIENTAL NÃO HÁ PAZ: EXTRATIVISMO E CRISE CLIMÁTICA COMO RAÍZES DA GUERRA
SUSANA FONSECA

26
PAZ E DIREITOS HUMANOS: OS DESAFIOS DA GUINÉ-BISSAU
BUBACAR TURÉ
FÁTIMA PROENÇA

30
SE O ÓDIO SE APRENDE, TAMBÉM SE PODE DESAPRENDER
SANDRA MACHADO

34
ENTREVISTA PARA A REVISTA DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
HENRIQUE FROTA E FELISBERTO MOREIRA
REALIZADA POR MAFALDA INFANTE
E RITA LEOTE

38
QUANDO A PROTEÇÃO DÁ LUGAR AO CONTROLO: MIGRAÇÕES, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE NA EUROPA
JORGE SOUSA

42
À CONVERSA COM FLORBELA PARAÍBA
ENTREVISTA CONDUZIDA
POR MAFALDA INFANTE

49
RECURSOS

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Num mundo atravessado por guerras, pela erosão do multilateralismo e pelo estreitamento do espaço cívico, falar de paz, justiça e instituições eficazes é falar daquilo que sustenta todos os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes recorda-nos que não há desenvolvimento duradouro sem sociedades pacíficas e inclusivas, sem acesso à justiça para todas as pessoas e sem instituições responsáveis e transparentes. Esta edição da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD procura refletir sobre o que esse compromisso exige hoje, num momento em que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) registou, segundo dados preliminares da OCDE, a maior queda de sempre, e com ela diminuíram os meios para prevenir conflitos, reforçar instituições e apoiar a sociedade civil.

A reflexão abre com um artigo do **Embaixador Francisco Seixas da Costa**, que defende o multilateralismo, apesar das suas imperfeições, como a melhor proteção dos mais fracos, e convoca a União Europeia e Portugal a serem coerentes com os valores que proclamam. **Pedro Seabra**, professor e investigador no Iscte-IUL mostra como essa coerência está em risco: a cooperação para o desenvolvimento perde recursos e é reorientada para lógicas securitárias: a experiência do Sahel demonstra que treinar soldados sem transformar as instituições raramente gera estabilidade.

Os custos humanos dessa fragilidade são abordados por **André Rocha**, da *Children's Rights Watch*, que analisa o impacto do uso de drones e sistemas de inteligência artificial sobre as crianças em contextos de guerra, do Sudão a Gaza, e lembra que, por mais sofisticada que seja a tecnologia, as decisões continuam a ter responsáveis. **Susana Fonseca**, da ZERO, aprofunda o olhar sobre as raízes da violência, revelando como o extrativismo e a crise climática alimentam conflitos e defendendo que não há paz possível sem justiça ambiental.

Do plano global passamos ao concreto. **Bubacar Turé**, da Liga Guineense dos Direitos Humanos, e **Fátima Proença**, da ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos, analisam os desafios da Guiné-Bissau, onde a instabilidade, a corrupção, a impunidade e o narcotráfico fragilizam instituições que devem, acima de tudo, servir os cidadãos. Neste contexto, a sociedade civil surge como protagonista, tema que continua a ser refletido por **Henrique Frota**, da Abong, e a **Felisberto Moreira**, da Plataforma das ONG de Cabo Verde, que partilham as restrições ao espaço cívico no Brasil e em Cabo Verde, as estratégias de resistência e a importância da solidariedade transnacional.

A paz constrói-se também na forma como as sociedades educam e acolhem. **Sandra Machado,** da Fundação Gonçalo da Silveira, interroga os processos que normalizam o ódio e a desumanização, e propõe uma Educação para o Desenvolvimento crítica, antifascista, antirracista e decolonial. **Jorge Sousa**, da Médicos do Mundo, mostra como as políticas migratórias europeias, ao privilegiarem o controlo sobre a proteção, transformam a saúde numa fronteira e põem à prova o compromisso da Europa com os direitos humanos.

Fecha esta edição a entrevista à **Embaixadora Florbela Paraíba**, Presidente do Camões, I.P., que apresenta o papel da Cooperação Portuguesa na prevenção de conflitos e no reforço das instituições e da sociedade civil, com foco nos PALOP e em Timor-Leste, assente em parcerias de proximidade, previsibilidade e apropriação.

Lidos em conjunto, estes contributos mostram que a paz é mais do que a ausência de guerra: é a presença de justiça, de instituições legítimas e de participação cidadã, sentida no quotidiano de cada pessoa. Num momento em que tantos recursos e atenções se deslocam para a defesa, o controlo migratório e a exploração insustentável de recursos naturais, importa lembrar que prevenir é sempre mais eficaz e mais justo do que reparar. Cabe-nos, enquanto organizações da sociedade civil, continuar a exigir coerência, a ocupar o espaço cívico e a manter viva a convicção de que a paz se constrói com direitos, e não à custa deles.

COMPROMISSO COM O MULTILATERALISMO

FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

–

Embaixador e Presidente do Clube de Lisboa/*Global Challenges*

Este texto é escrito a título pessoal.

Nos dias que correm, há quem veja no multilateralismo um resquício de um tempo antigo, feito de reuniões intermináveis, com muita palavra e pouca decisão. Sejamos honestos: por muito que a verdade nos doa, mas sob um juízo exigente de eficácia, a crítica não deixa de ter algum fundamento.

Há, porém, duas perguntas a colocar, uma anterior e outra posterior ao tempo presente. De quem tem sido a responsabilidade essencial pela desvalorização do sistema multilateral? E que alternativa é proposta?

Comecemos pela alternativa. Pelo que nos vai chegando, a prática de alguns sugere o regresso a um mundo, esse sim bem mais antigo, em que cada um tratava de si e os mais fortes aproveitavam a fragilidade da maioria para ditar as regras que se aplicavam a todos. Não é, pois, uma ideia nova e as lições da História não recomendam que sintamos grande entusiasmo em adotá-la.

O multilateralismo, reconheça-se, nunca foi uma garantia de paz. É, contudo, o melhor instrumento que temos para impedir que as relações entre Estados fiquem inteiramente reféns da conveniência dos mais poderosos — por exemplo das fronteiras que estes decidam redesenhar, impor ou simplesmente não respeitar. As regras internacionais nunca eliminaram o risco de conflito. Mas limitam-no e forçam o diálogo. O que já não é pouco.

Daí que a primeira pergunta tenha uma resposta fácil. A responsabilidade pelo ataque ao sistema foi, e continua a ser, dos Estados que esperam ganhar, com a debilitação deste, margem de manobra para afirmarem, com despudor, os seus interesses egoístas. Não vale a pena colocar aqui os nomes desses países, não é verdade?

O momento que atravessamos não deixa otimistas os defensores do multilateralismo. A guerra regressou às portas da Europa, o Médio Oriente entrou num novo ciclo de violência e há crises humanitárias que parece terem perdido o direito à atenção do mundo. No Conselho de Segurança, o veto das grandes potências bloqueia decisões precisamente quando a necessidade de agir se torna mais evidente. A cooperação cede terreno, dia após dia, à rivalidade estratégica, e o Direito Internacional é invocado com um entusiasmo que varia consoante serve, ou não, os interesses de cada um.

É difícil defender a legitimidade de um sistema que já funciona muitas vezes "à la carte", cujas regras parece valerem mais para uns do que para outros. Seria, ainda assim, um erro concluir que a solução é, muito simplesmente, dispensá-las. O regresso à "ordem da selva" seria uma imensa tragédia, pelo que, por muito imperfeita e fragilizada que esteja, a ordem normativa é a justa defesa dos mais fracos — e esse é o viés ideológico que este texto não esconde assumir.

Nada disto significa poupar as instituições multilaterais às críticas que possam ser justas. A ONU tem, há muito, problemas de eficácia, burocracia a mais e vícios de representação que não podem ser ignorados. Um Conselho de Segurança concebido em 1945 dificilmente corresponde, sem alterações, à distribuição de poder e de interesses do mundo atual. Reflete uma realidade do passado que, perante a óbvia resistência de quem lá garantiu há muito um lugar permanente, se recusa a mudar.

O MULTILATERALISMO, RECONHEÇA-SE, NUNCA FOI UMA GARANTIA DE PAZ. É, CONTUDO, O MELHOR INSTRUMENTO QUE TEMOS PARA IMPEDIR QUE AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS FIQUEM INTEIRAMENTE REFÉNS DA CONVENIÊNCIA DOS MAIS PODEROSOS — POR EXEMPLO DAS FRONTEIRAS QUE ESTES DECIDAM REDESENHAR, IMPOR OU SIMPLESMENTE NÃO RESPEITAR



JONATHAN ANSEL MOY DE VITRY

O REGRESSO À "ORDEM DA SELVA" SERIA UMA IMENSA TRAGÉDIA, PELO QUE, POR MUITO IMPERFEITA E FRAGILIZADA QUE ESTEJA, A ORDEM NORMATIVA É A JUSTA DEFESA DOS MAIS FRACOS — E ESSE É O VIÉS IDEOLÓGICO QUE ESTE TEXTO NÃO ESCONDE ASSUMIR

refugiados ou para reconstruir serviços essenciais, não estamos perante um simples exercício de contenção orçamental. Estamos a perder a possibilidade de impedir que a crise humanitária se transforme em crise política, que a pobreza alimente a instabilidade e esta, por sua vez, descambe no conflito.

A experiência provou, à saciedade, que prevenir é sempre mais eficaz do que reparar. Contudo, a diplomacia preventiva e a segurança alimentar, por exemplo, parecem investimentos sempre pouco apelativos. A alternativa, seja a intervenção militar para impor ou vigiar a paz, seja a reconstrução ou o acorrer às emergências humanitárias, acaba quase sempre por custar muito mais. Mas, política e mediaticamente, é bastante mais "sexy" e dá mais títulos.

É neste quadro incerto e convulso que a



União Europeia tem uma responsabilidade particular. A sua própria existência assenta na ideia de que a cooperação deve substituir a rivalidade permanente e tornar a guerra entre antigos adversários um absurdo. A Europa unida consagrou-se, desde cedo, como um dos principais financiadores mundiais da ajuda ao desenvolvimento e um dos grandes defensores do sistema multilateral. Quando este é atacado e desvalorizado, a União Europeia deveria estar na primeira linha da sua defesa, o que também implica ter a coragem de denunciar quem deliberadamente o fragiliza.

É claro que isso exige dinheiro e vontade política, ainda que mínima. E exige sobretudo coerência e respeito pelos valores fundadores da organização. Não se pode rasgar as vestes pelo Direito Internacional nuns casos e assobiar para o ar noutros, apenas porque o responsável é um aliado ou porque uma condenação pode gerar divisões. A União Europeia só tem razão de ser se for, em permanência, fiel aos seus princípios. Enquanto um morto em Gaza continuar a valer menos do que um morto em Kharkiv, a Europa só tem razões para se envergonhar.

António Guterres tem procurado dar voz a estes princípios, num dos períodos mais difíceis da história das Nações Unidas. Nem sempre a sua intervenção produziu os resultados desejáveis, como é para todos evidente — imagino que a começar pelo próprio. Seria irrealista, porém, esperar eficácia da parte de um qualquer secretário-geral em face da fragmentação política global e perante potências que fazem o Conselho de Segurança refém dos seus interesses, frequentemente à margem da legalidade internacional. Mas seria muito injusto não reconhecer a persistência com que António Guterres tem defendido a Carta da ONU e a necessidade de um esforço para encontrar soluções políticas para conflitos que parecem condenados à perpetuidade.

E Portugal?

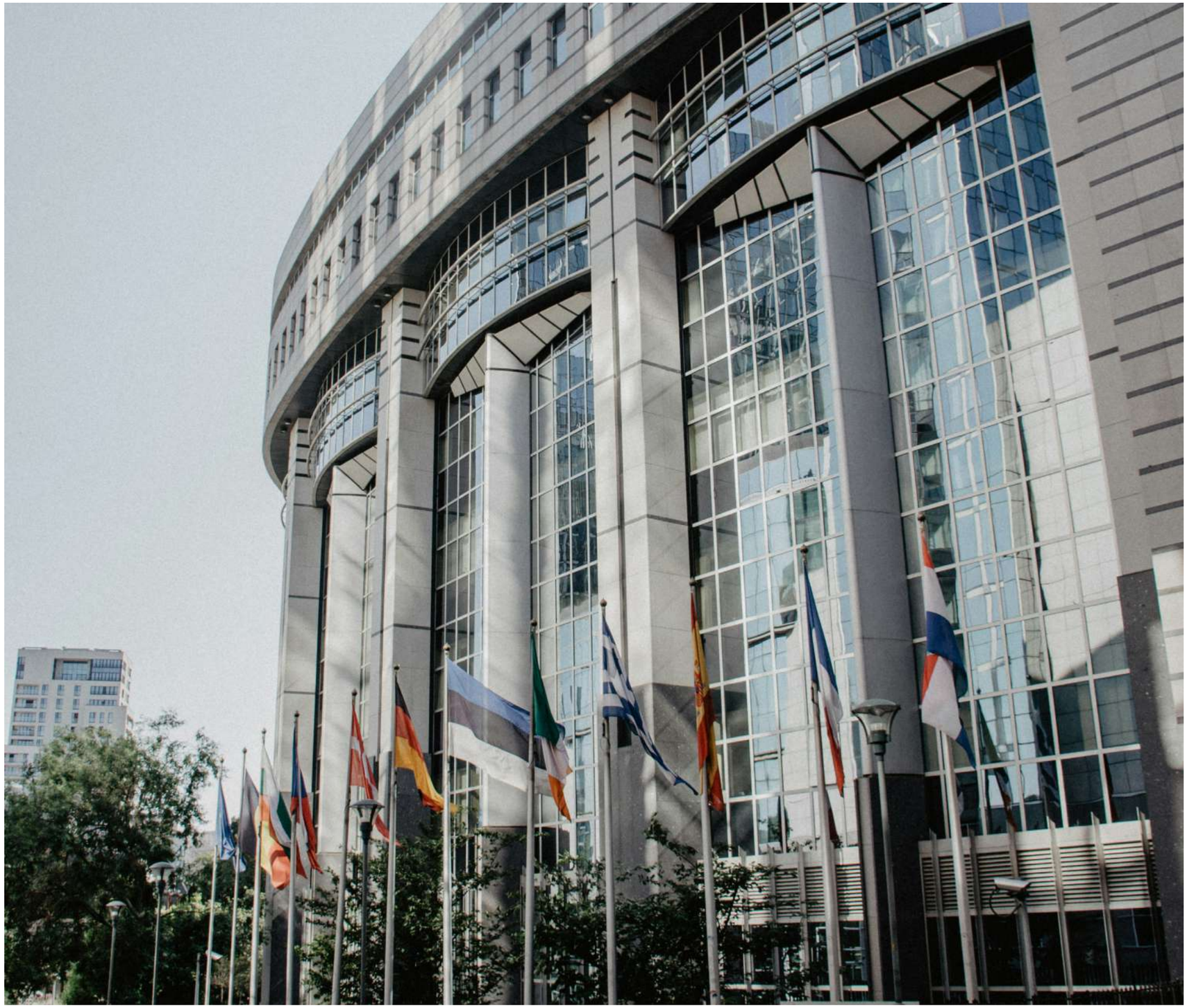
Continuamos com um discurso confortável sobre a nossa suposta vocação universal e a ligação que promovemos entre continentes, sobre os países de língua portuguesa que nos esforçamos por coordenar em certos cenários, tendo por vezes de lutar contra a indiferença e a incoerência de alguns deles.

Uma política externa não se mede pela qualidade das declarações produzidas, e o prestígio não se alimenta apenas da profusão de candidaturas e de lugares obtidos em órgãos internacionais. Ou melhor: essas posições e esses lugares devem servir para levar à prática uma política, com uma cara própria e uma coerência visível. Ora Portugal cala-se muitas vezes nos testes de coerência e, com regularidade, foge por entre as pingas quando chega o momento de ter de dizer verdades a aliados e amigos. Estar de bem com todos é muito confortável, mas devemos perceber se o sorriso com que alguns nos olham é mesmo de simpatia e respeito, ou de mera condescendência.

A ajuda pública ao desenvolvimento é uma das medidas concretas dessa responsabilidade internacional. Há décadas que estamos comprometidos com a meta de 0,7% do RNB, e a distância entre o compromisso e a execução não pode ser eternamente explicada por constrangimentos orçamentais. Se queremos ter voz ativa e respeitada na definição das prioridades internacionais, nomeadamente europeias, temos de aceitar os custos da participação. Só assim podemos ser exigentes e, nessa atitude, estar à altura daquilo que os nossos amigos esperam de nós.

Perante os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, os laços históricos e linguísticos conferem-nos responsabilidades específicas, que têm o seu reverso, a possibilidade de levar à prática uma cooperação útil. Investir na saúde e na educação desses países representa executar uma política externa responsável, não são atos de caridade. A fragilidade dos parceiros que alardeamos como prioritários não nos pode ser indiferente, e o esforço orçamental tem de o traduzir. É a nossa coerência que está em jogo.

O multilateralismo, convém lembrar, não se defende apenas quando as suas decisões nos agradam. Defende-se com regras aplicadas de forma constante e com instituições reformadas e dotadas dos meios para cumprirem a sua função. A União Europeia tem meios e razões para assumir um papel central nesse esforço. Portugal deve atuar no seu seio com voz audível, com compromissos próprios, em vez de confiar que a boa reputação histórica continuará a fazer o trabalho por nós.



YELLOW CACTUS

QUANDO TUDO PARECE UM PREGO: DEFESA, COOPERAÇÃO E AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

PEDRO SEABRA

–

Professor Auxiliar, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
Subdiretor, Centro Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

Durante quase três décadas, a cooperação para o desenvolvimento assentou num consenso relativamente estável. Desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a segurança humana deslocou o foco da proteção dos Estados para a proteção das pessoas, e a pobreza, a exclusão e a fragilidade institucional passaram a ser vistas como causas profundas de insegurança. Para todos os efeitos, investir no desenvolvimento passou a pressupor investir também nas condições que pudessem levar à criação e à manutenção da paz.

No entanto, esse consenso encontra-se hoje em causa, por duas vias. Por um lado, a cooperação para o desenvolvimento tem vindo a perder recursos e a ver as suas prioridades reorientadas para objetivos de cariz mais securitário. Por outro lado, o próprio financiamento da defesa, que tem crescido em paralelo, não aparenta reservar-lhe espaço no curto ou médio-prazo.

Comecemos pelos recursos. Segundo dados preliminares da OCDE, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) caiu 23,1% em 2025, a maior contração de sempre, regressando aos níveis de 2015. A ajuda bilateral à África Subsariana, por sua vez, recuou 26,3%, e prevê-se nova descida em 2026. Estas quebras não são todas explicadas pelo aumento da despesa com defesa, e o desmantelamento da USAID pesa muito nesses totais. Mas onde a escolha foi assumida, ela é clara. Por exemplo, em fevereiro de 2025, o Reino Unido anunciou a redução da sua APD de 0,5% para 0,3% do rendimento nacional bruto até 2027, precisamente para financiar o aumento da despesa militar, apresentando a troca como inevitável face às ameaças que enfrenta.

A União Europeia (UE) parece querer seguir uma lógica semelhante, embora de forma menos explícita. Na proposta mais recente da Comissão Europeia para o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, a defesa e o espaço receberiam 131 mil milhões de euros, cinco vezes mais do que no quadro atual. A ação externa, por sua vez, seria fundida num instrumento único, o Europa Global, de 200 mil milhões. O montante seria superior ao existente, mas dele poderiam ainda sair até 100 mil milhões para a Ucrânia, além do apoio ao alargamento. Mais do que um corte, antecipa-se uma opção pela diluição, com os montantes que sobrarem para a cooperação para o desenvolvimento com o Sul global, por ora, ainda incertos.

Em todo o caso, menos recursos ou recursos mais disputados significa também que prioridades até há pouco tempo relativamente consensuais deverão ser reavaliadas. O sinal mais claro nesse sentido é o silêncio em torno do Pacto para o Futuro, adotado na ONU em setembro de 2024. As suas 56 ações incluíam a prevenção de conflitos e a reforma da arquitetura financeira internacional, e o texto apoiava um estímulo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de pelo menos 500 mil milhões de dólares anuais, face a um défice de financiamento estimado em cerca de 4 biliões. Ninguém revogou explicitamente as metas do Pacto, elas simplesmente deixaram de constar como elementos centrais da agenda multilateral. Em vez disso, a cooperação para o desenvolvimento tem sido cada vez mais interpretada como um instrumento para conter ameaças ou servir lógicas de competição geopolítica, seja controlar fluxos migratórios, garantir matérias-primas críticas ou disputar influência em espaços como Sahel.

A experiência recente sugere cautela quanto aos resultados desta reorientação em curso, até porque o Sahel foi precisamente, durante uma década, um dos laboratórios deste tipo de lógica. Em onze anos, a missão de formação da UE no Mali, entre outras, treinou mais de 20 mil

— TREINAR SOLDADOS SEM TRANSFORMAR AS INSTITUIÇÕES QUE OS ENQUADRAM RARAMENTE GERA ESTABILIDADE

— A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARRISCA, ASSIM, PERDER DUAS VEZES: FICA SEM PARTE DO SEU ORÇAMENTO E SEM ESPAÇO NAS NOVAS PRIORIDADES DE FINANCIAMENTO



militares malianos, mas tal não foi suficiente para impedir dois golpes de Estado, em 2020 e 2021, nem o fim da própria missão em 2024. A missão em Moçambique, que forma unidades de reação rápida para Cabo Delgado, merece um escrutínio semelhante. Treinar soldados sem transformar as instituições que os enquadram raramente gera estabilidade. Aplica-se aqui a velha máxima: para quem só sabe usar um martelo, tudo parece um prego. Existe, por isso, um risco assinalável de que problemas de governação, desigualdade e legitimidade passem a ser lidos unicamente como défices de capacidade militar, ignorando as verdadeiras raízes de eventuais crises e fragilidades locais.

A segunda via pela qual o anterior consenso se encontra a ser questionado prende-se com o destino do novo financiamento que o domínio da defesa vai receber nos próximos tempos. A nível europeu, este estará sobretudo reservado a objetivos de política industrial: investigação, desenvolvimento e produção de capacidades militares dentro da própria Europa. O plano ReArm Europe pretende também mobilizar até 800 mil milhões, dos quais 150 mil milhões em empréstimos para aquisições conjuntas de armamento. Contudo, a segurança dos parceiros mais frágeis da UE, que deveria representar o elo privilegiado entre defesa e cooperação para o desenvolvimento, surge por entre todas estas iniciativas apenas como uma mera nota de rodapé. A cooperação para o desenvolvimento arrisca, assim, perder duas vezes: fica sem parte do seu orçamento e sem espaço nas novas prioridades de financiamento.

Este resultado não é inevitável. As lições retiradas do caso do Sahel não é que o apoio à segurança dos parceiros seja inútil, mas que falha quando se resume apenas e unicamente a treino e equipamento. Integrar a capacitação de segurança nas novas prioridades de financiamento poderá assim fazer sentido, desde que obedeça a critérios claros: ancorada em esforços explícitos de reforma do setor de segurança, no controlo democrático das forças armadas e na articulação com as políticas de desenvolvimento, e financiada com recursos adicionais, sem ir buscar verbas à APD dos Estados-Membros. O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, que já financia equipamento e formação em países parceiros, seria um ponto de partida natural para associar esse apoio a exigências mais claras de governação.

Nada disto acontecerá por inércia. Uma recalibração desta natureza exige atores dispostos a colocar o tema na agenda, num debate que não dá mostras de conseguir escapar à lógica da produção e prontidão. E exige recordar que, mais de trinta anos depois do relatório do PNUD, a sua lição central continua válida: a segurança duradoura constrói-se com base em instituições legítimas, serviços públicos e oportunidades económicas. Num momento em que tanto se fala de defender a Europa, investir no desenvolvimento dos seus parceiros continua a ser uma das formas mais eficazes de alcançar esse objetivo.

DRONES, ALGORITMOS E CRIANÇAS: O LADO INVISÍVEL DA GUERRA

ANDRÉ ROCHA

–

Founder & Research Lead - Children's Rights Watch

Em Kalogi, no Sudão, um drone atingiu uma cerimónia num jardim de infância. Os socorristas que se deslocaram ao local também foram atacados, assim como o veículo que transportava feridos ao hospital. Segundo os registos reunidos pela Children's Rights Watch (CRW), com base em fontes abertas, morreram 114 pessoas, entre as quais cerca de 60 crianças.[1]

O ataque, atribuído às *Rapid Support Forces* (RSF), está longe de ser um caso isolado. Entre setembro de 2025 e setembro de 2026, um em cada quatro ataques contra crianças em zonas de conflito documentados pela CRW envolveram drones. Estes ataques representaram também quase um quarto das mortes infantis registadas.[2] Os números ajudam a perceber a dimensão de uma mudança que está a marcar os conflitos atuais. Os drones tornaram os ataques à distância mais acessíveis, alterando as convencionais linhas da frente e diminuindo os sitios onde os civis se possam esconder.

No Sudão, esta transformação é particularmente evidente. Um relatório de uma missão de averiguação das Nações Unidas, publicado em setembro de 2026, descreve como as RSF conseguiram obter drones por meio de uma rede de abastecimento que passa pelos Emirados Árabes Unidos, pelo Chade, pelo sudeste da Líbia e pela Somália, até chegar ao Darfur, por meio do aeroporto de Nyala. O documento refere ainda a presença de entre 350 e 2 000 contratados colombianos, recrutados para operar drones e formar combatentes.[3] Sem uma força aérea convencional, as RSF passaram a dispor de meios para realizar ataques à distância, com consequências graves para a população civil.

E os efeitos não se limitam aos locais diretamente atingidos. Em El Obeid, os ataques à rede elétrica comprometeram o funcionamento dos hospitais, afetando o fornecimento de oxigénio e a realização de intervenções urgentes. A CRW também documentou ataques com drones atribuídos às RSF contra escolas e hospitais na região do Kordofão.[4] Para as crianças, a perda de uma escola, de um hospital ou de acesso à eletricidade pode significar semanas ou meses sem educação, cuidados de saúde ou condições mínimas de segurança. O impacto de um ataque prolonga-se muito para além do momento em que ocorre.

O IMPACTO DE UM ATAQUE PROLONGA-SE MUITO PARA ALÉM DO MOMENTO EM QUE OCORRE

Mas os drones são apenas uma parte desta transformação. A utilização de inteligência artificial levanta outra questão igualmente preocupante: como são escolhidos as pessoas e os locais a atacar? Em Gaza, uma investigação publicada em abril de 2024 pela +972 Magazine e pela Local Call reuniu testemunhos de seis oficiais dos serviços de informação israelitas sobre o sistema *Lavender*. Segundo estes testemunhos, a ferramenta analisava dados de vigilância em massa e atribuía a cada pessoa uma pontuação que correspondia à probabilidade de pertencer ao Hamas ou à Jihad Islâmica. O sistema terá identificado cerca de 37 mil pessoas como possíveis alvos.[5]

Os oficiais entrevistados referiram uma taxa de erro de aproximadamente 10% nas classificações e alegaram que, em determinadas operações, eram toleradas entre 15 e 20 mortes de civis por cada operacional subalterno visado, podendo esse número ser superior no caso de comandantes séniores. O exército israelita contesta esta descrição e afirma que as ferramentas tecnológicas são utilizadas para apoiar a análise humana, não para identificar automaticamente operações. Ainda assim, levantam dúvidas sérias sobre a forma como a tecnologia é integrada às decisões militares. Se uma recomendação

1 Sudan: UN chief condemns deadly strikes on children's nursery, hospital. https://news.un.org/en/story/2025/12/1166529

2 Children's Rights Watch (CRW), base de dados de incidentes, de setembro de 2025 a setembro de 2026. https://www.childrensrightswatch.org

3 UN Human Rights Council, Fuelling Sudan's conflict: weapons, fighters and external support networks, 4 de setembro de 2026. https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session63/advance-versions/a-hrc-63-23-auv.pdf

4 Children's Rights Watch, base de dados de incidentes: ataques com drones atribuídos às RSF contra escolas e hospitais no Kordofão. https://www.childrensrightswatch.org

5 Yuval Abraham, 'Lavender': The AI machine directing Israel's bombing spree in Gaza, +972 Magazine/Local Call, abril de 2024. https://www.972mag.com/lavender-ai-israeli-army-gaza/



MASOUD, AN IRANIAN MAN WHO LOST HIS SON IN THE MINAB SCHOOL STRIKE ON FEBRUARY 28, VISITS THE SCHOOL IN MINAB, IRAN, ON AUGUST 27, 2026. — REUTERS

produzida por um algoritmo é aceite sem tempo ou condições para uma verificação rigorosa, que controlo humano existe, na prática?

Uma investigação recente da *Children's Rights Watch* cruzou estes padrões do *Lavender* com mais de uma centena de ataques aéreos em Gaza e no Líbano que causaram a morte de crianças entre 2025 e 2026. Os resultados indicam que a «assinatura» destes sistemas de IA ainda é visível em 2026, suscitando uma questão: será que passados dois anos e apesar de toda a controvérsia, estes sistemas ainda estão em uso?[6]

A questão voltou a colocar-se em 2026, durante a campanha militar conduzida pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irão, na qual se reconheceu o uso de ferramentas avançadas de IA no planeamento de ataques. Em Minab, a escola de raparigas Shajareh Tayyebeh foi destruída, provocando mais de 150 mortes, incluindo, segundo relatos da imprensa, pelo menos 123 crianças. Em setembro, a Bloomberg noticiou, com base em fontes conhecedoras de uma revisão interna do Pentágono ainda não divulgada, que o edifício teria sido classificado como uma instalação militar com base em informações desatualizadas dos serviços de informações norte-americanos. Esses dados terão sido posteriormente introduzidos no sistema *Maven*, da Palantir, que terá recomendado o local como alvo no primeiro dia da campanha.[7]

O Pentágono afirma que o caso continua sob investigação e a Palantir rejeita responsabilidade pelos dados utilizados. Mas, se a reconstrução noticiada se confirmar, o problema não estará apenas na tecnologia. Estará também na

6 Children's Rights Watch, Traces of the Algorithm, Outubro de 2026. https://www.childrensrightswatch.org/reports/traces-of-the-algorithm

7 Bloomberg, investigação publicada em setembro de 2026 https://www.bloomberg.com/graphics/2026-iran-school-attack/

SE UMA RECOMENDAÇÃO PRODUZIDA POR UM ALGORITMO É ACEITE SEM TEMPO OU CONDIÇÕES PARA UMA VERIFICAÇÃO RIGOROSA, QUE CONTROLO HUMANO EXISTE, NA PRÁTICA?

qualidade da informação utilizada, na confiança depositada nas recomendações do sistema e na capacidade dos responsáveis militares de verificá-las antes de autorizarem um ataque. O risco é que a rapidez proporcionada por estas ferramentas reduza o espaço para questionar decisões que dependem de vidas humanas. A utilização de tecnologia avançada não diminui a obrigação de distinguir alvos militares de civis, nem dispensa a avaliação das consequências previsíveis de cada ataque.

Há ainda outra dimensão desta guerra tecnológica, menos visível no terreno: a utilização de inteligência artificial para influenciar a forma como os conflitos são apresentados e compreendidos. Segundo um relatório da OpenAI, redes associadas à Rússia recorreram ao ChatGPT e à ferramenta de vídeo Sora para produzir artigos e comentários destinados a públicos de vários países africanos, incluindo o Mali.[8] Estas operações mostram como a IA generativa pode facilitar a produção e a circulação de conteúdos de influência, sobretudo em contextos em que o acesso à informação independente já é limitado.

No Mali, a base de dados da CRW reúne nove incidentes em que morreram 52 crianças, na sua maioria em ataques aéreos atribuídos às Forças Armadas Malianas e ao Africa Corps russo.[9] Numa investigação sobre um ataque em Amasrakad, que provocou a morte de pelo menos sete crianças, a Bellingcat analisou a forma como as autoridades apresentaram a operação como uma ação contra "terroristas", sem divulgar os critérios utilizados para escolher o alvo ou as regras de empenhamento. A televisão estatal também transmitiu imagens de drones num formato semelhante ao de uma telenovela.[10] Estes casos mostram a dificuldade crescente em apurar os factos quando as autoridades não prestam contas dos ataques e a informação disponível é incompleta ou manipulada. Sem dados verificáveis, torna-se mais difícil identificar as vítimas, reconstruir o que aconteceu e exigir

8 OpenAI, relatório sobre operações de influência, citado pela United24 Media. https://united24media.com/anti-fake/russia-runs-chatgpt-powered-propaganda-farms-to-target-africa-openai-report-16459

9 Children's Rights Watch, base de dados de incidentes: Mali. https://www.childrensrightswatch.org

10 Bellingcat, investigação sobre o ataque a Amasrakad, Mali, 16 de setembro de 2026. https://www.bellingcat.com/news/2026/09/16/drone-strike-civilians-killed-aes-sahel-mali-russia-africa-corps-guilt-by-location-jeune-afrique/

responsabilidades. Ao mesmo tempo, seria errado olhar para estas tecnologias apenas como instrumentos de ataque ou de desinformação. Algumas das ferramentas utilizadas em operações militares também são essenciais para investigar possíveis violações dos direitos humanos.

A CRW, por exemplo, utiliza geolocalização, imagens de satélite e ferramentas de IA para analisar diariamente centenas de notícias, publicações e vídeos em diferentes línguas, identificar incidentes que afetam crianças e apoiar investigações. Estes recursos ajudam a cruzar informações, localizar acontecimentos e preservar elementos que podem ser importantes para esclarecer ataques e confrontar versões oficiais. A tecnologia pode, portanto, contribuir para documentar aquilo que outras utilizações da mesma tecnologia ajudam a destruir ou a ocultar. O que importa é saber quem a utiliza, com que finalidade, sob que supervisão e perante quem responde.

É neste ponto que a discussão precisa ir além das capacidades técnicas dos drones e dos algoritmos. É necessário reforçar o controlo sobre a transferência de drones a grupos armados, exigir mecanismos de supervisão humana efetivos e auditáveis na seleção de alvos e responsabilizar quem utiliza sistemas de IA para promover desinformação em contextos de guerra. Acima de tudo, a proteção das crianças tem de fazer parte da avaliação de riscos antes de qualquer ataque. Isso inclui não apenas a possibilidade de mortes e ferimentos, mas também as consequências da destruição de escolas, hospitais e infraestruturas essenciais à vida das comunidades.

Os sistemas tecnológicos podem tornar as operações militares mais rápidas e ampliar a capacidade de análise de informações. Não podem, contudo, substituir a responsabilidade de quem decide. Quando uma escola é atingida, não basta saber o que um algoritmo recomendou. É preciso apurar quem autorizou o ataque, com base nas informações e nas medidas adotadas para proteger os civis.

Porque, por mais sofisticadas que sejam as ferramentas utilizadas, as decisões continuam a ter responsáveis. E as crianças continuam a ter direito à proteção que o direito internacional lhes reconhece.

PORQUE, POR MAIS SOFISTICADAS QUE SEJAM AS FERRAMENTAS UTILIZADAS, AS DECISÕES CONTINUAM A TER RESPONSÁVEIS



SUDANESE ARMED FORCES WITH AN UNEXPLODED ONE WAY ATTACK DRONE FROM THE RSF RECOVERED FROM AN ATTACK ON A GOVERNMENT BUILDING IN EL GEDAREF ON JULY 11, 2024. FILE FROM HUMAN RIGHTS WATCH

SEM JUSTIÇA AMBIENTAL NÃO HÁ PAZ: EXTRATIVISMO E CRISE CLIMÁTICA COMO RAÍZES DA GUERRA

SUSANA FONSECA
–
Vice-Presidente da ZERO

Habituámo-nos a pensar a guerra como uma rutura, algo que acontece quando a diplomacia falha. Mas muitos dos conflitos que hoje marcam o mundo são menos uma exceção do que a continuação, por outros meios, de um modelo económico que olha para os territórios, as pessoas e o clima como recursos utilizáveis e, até certo ponto, descartáveis. O extrativismo e a crise climática não são temas paralelos à agenda da paz: estão no seu centro.

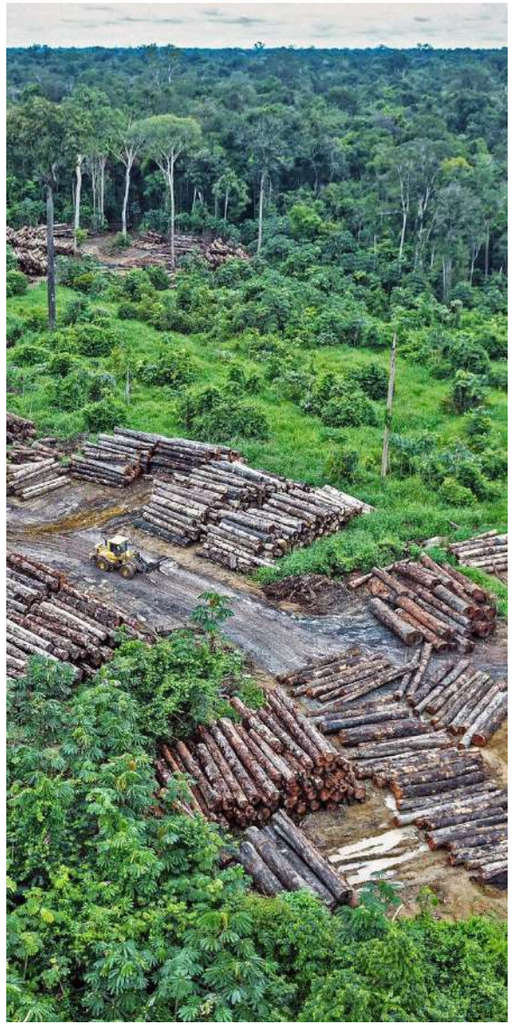
Os recursos como fonte do conflito

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente estimou que pelo menos 40% dos conflitos internos das últimas seis décadas estiveram ligados à exploração de recursos naturais. No leste da República Democrática do Congo, o controlo de minas de recursos valiosos como o ouro, tem estado na base do financiamento de grupos armados há décadas. Na Ucrânia, os minerais críticos passaram a ser negociados como contrapartida de apoio militar.

Estas guerras não estão tão longe como parecem. Os minerais que alimentam conflitos chegam aos nossos telemóveis, computadores e automóveis através de cadeias de abastecimento opacas. Somos, enquanto consumidores e enquanto União Europeia, parte da equação.

A transição energética e o uso de recursos

A transição energética é inadiável, mas não pode repetir os erros do passado. A corrida ao lítio, ao cobalto, ao cobre e às terras raras ameaça criar novas zonas de sacrifício, agora em nome de prevenirmos ou reduzirmos os impactos



WORLD RESOURCES INSTITUTE

das alterações climáticas. O Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas acelera licenciamentos e classifica projetos como estratégicos, reduzindo o espaço de participação das comunidades. Em Portugal, o caso do Barroso mostra bem esta tensão.

Uma transição que expulsa populações, esgota ou polui a água e destrói ecossistemas não é justa nem pacífica. A resposta não está apenas em extrair melhor, pois os impactos das atividades extrativas são sempre significativos, mas em extrair menos: questionar a necessidade, reduzir a procura, prolongar a vida útil dos produtos, reutilizar, reparar, remanufaturar e reciclar, apostar na suficiência e em sistemas de mobilidade coletiva.

O EXTRATIVISMO E A CRISE CLIMÁTICA NÃO SÃO TEMAS PARALELOS À AGENDA DA PAZ: ESTÃO NO SEU CENTRO

A crise climática como multiplicador de ameaças

As alterações climáticas raramente causam guerras sozinhas, mas agravam todas as fragilidades existentes. Secas prolongadas, perda de colheitas, escassez de água e deslocações forçadas alimentam tensões em regiões como o Sahel ou a bacia do Lago Chade, onde a retração do lago coincidiu com o crescimento da insegurança e do recrutamento por grupos armados. Onde há má governação, desigualdade e competição por recursos cada vez mais escassos, o clima acende o rastilho dos conflitos. Portanto, a segurança do século XXI depende muito da nossa capacidade para reduzir emissões e apoiar a adaptação.

Por outro lado, é importante ter em conta que se estima que as forças armadas sejam responsáveis por cerca de 5,5% das emissões globais de gases com efeito de estufa, uma fatia que continua em grande parte fora dos relatórios nacionais apresentados no âmbito da Convenção-

UMA TRANSIÇÃO QUE EXPULSA POPULAÇÕES, ESGOTA OU POLUI A ÁGUA E DESTRÓI ECOSSISTEMAS NÃO É JUSTA NEM PACÍFICA

Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. A guerra destrói florestas, contamina solos e água e transforma o ambiente em arma.

Num momento em que a Europa acelera o rearmamento e os aliados da NATO se comprometem a gastar 5% do PIB em defesa, importa perguntar: segurança para quem e contra quê? Cada euro desviado do financiamento climático, da adaptação e do apoio a perdas e danos nos países mais vulneráveis torna o mundo menos seguro.

Este contexto é ainda mais grave quando levamos em linha de conta que quem menos contribuiu para a crise climática é quem mais sofre os seus impactos e os conflitos associados à extração. Muitos países do Sul global continuam presos a dívidas que os obrigam a exportar matérias-primas a baixo custo, perpetuando relações de dependência herdadas do colonialismo. E quem resiste paga um preço altíssimo: segundo a Global Witness, cerca de dois mil e trezentos defensores ambientais foram assassinados desde 2012, muitos deles em territórios cobiçados pela mineração, pelo agronegócio ou pela exploração madeireira.

Construir a paz a partir da justiça ambiental

Se as causas são estruturais, as respostas também têm de o ser. A ZERO defende:

_ cadeias de abastecimento com devida diligência obrigatória em direitos humanos e ambiente, travando as tentativas de enfraquecer a legislação europeia nesta matéria;

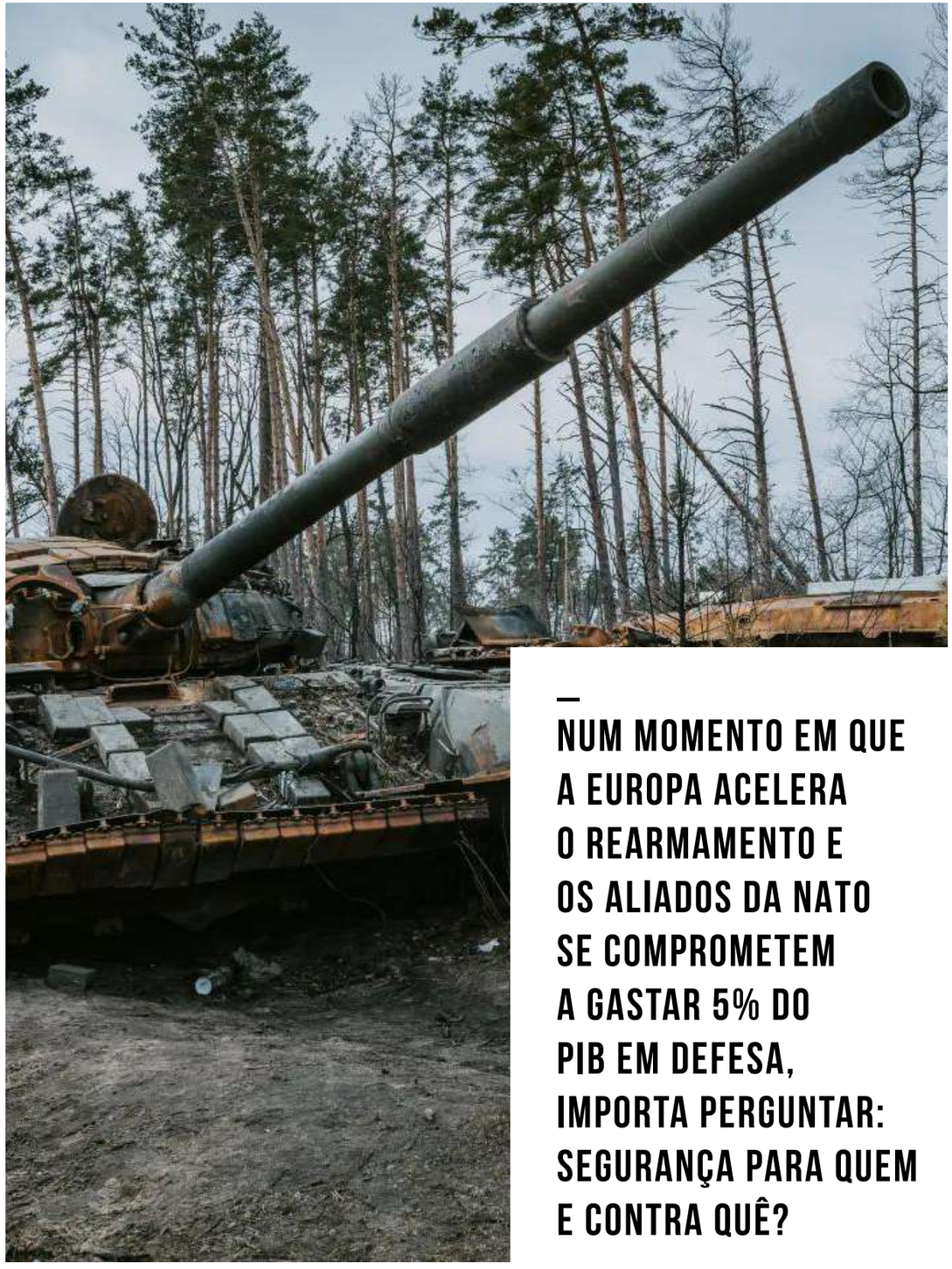
_ o respeito pelo consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas por projetos extrativos, na Europa e fora dela;

_ a redução do consumo de matérias-primas, com metas vinculativas e que espelhem uma redução efetiva na quantidade de recursos usada e uma verdadeira economia circular;

_ a contabilização e redução obrigatória das emissões militares;

_ o reforço do financiamento climático, que não pode ser sacrificado em nome da defesa.

O parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de 2025 veio lembrar que os Estados têm obrigações jurídicas de proteger o sistema climático. No concreto, minimizar as alterações climáticas e travar a exploração predatória de recursos não contribuem apenas para a agenda ambiental, mas também para a agenda da paz. De facto, é cada vez mais a própria condição para que a paz seja possível.



SHUTTERSTOCK

NUM MOMENTO EM QUE A EUROPA ACELERA O REARMAMENTO E OS ALIADOS DA NATO SE COMPROMETEM A GASTAR 5% DO PIB EM DEFESA, IMPORTA PERGUNTAR: SEGURANÇA PARA QUEM E CONTRA QUÊ?

PAZ E DIREITOS HUMANOS: OS DESAFIOS DA GUINÉ-BISSAU

BUBACAR TURÉ

–

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

FÁTIMA PROENÇA

–

ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

A paz é mais do que a ausência de guerra. Constitui uma condição essencial para a dignidade humana, o exercício dos direitos e o desenvolvimento sustentável. Pressupõe instituições democráticas sólidas, acesso à justiça, participação cidadã e condições para uma vida digna.

Quando existem instituições legítimas e mecanismos de diálogo e mediação, as divergências podem ser geridas pacificamente. Porém, quando prevalecem fragilidade institucional, desigualdades, exclusão e impunidade, podem transformar-se em fatores de tensão com consequências diretas na vida dos cidadãos.

"A verdadeira paz não é apenas a ausência de tensão; é a presença da justiça."
Martin Luther King Jr.

Desde a independência, a Guiné-Bissau tem atravessado sucessivos períodos de instabilidade política e governativa, marcados por golpes e tentativas de golpe de Estado, pelo conflito político-militar de 1998-1999, mudanças frequentes de governos, dissoluções de instituições e tensões entre órgãos de soberania. Os seus efeitos acumulados condicionam a consolidação democrática e o desenvolvimento.

As mudanças governativas interrompem políticas e reformas; a descontinuidade fragiliza as instituições; e instituições frágeis têm menor capacidade para prevenir novas crises. Os custos recaem sobretudo sobre os cidadãos: reformas adiadas, serviços públicos insuficientes, oportunidades perdidas e erosão da confiança no Estado. A capacidade de resistência da sociedade guineense não deve ser confundida com aceitação: resiliência não deve significar resignação.

Compreender a recorrência dos conflitos exige analisar fatores que se reforçam mutuamente. Entre estes destaca-se a deficiente governação, refletida na fragilidade das instituições, na descontinuidade das políticas públicas, na limitada capacidade de resposta do Estado e na insuficiente responsabilização no exercício de funções públicas.

A corrupção agrava estas fragilidades. A gestão pouco transparente dos recursos, o favorecimento e o clientelismo aprofundam desigualdades e deterioram a confiança nas instituições.

A este quadro associa-se a impunidade, decorrente das fragilidades da justiça. A morosidade dos processos e as dificuldades de acesso aos tribunais alimentam a perceção de impunidade e enfraquecem o Estado de Direito.

Não pode, no entanto, ser ignorada aquela que é, nos últimos anos, talvez a maior fonte de alimentação da instabilidade, da corrupção, de construção de poderes paralelos, de introdução de níveis de violência e intimidação anteriormente pouco expressivos: o narcotráfico. Uma intervenção de agências internacionais especializadas torna-se indispensável, quando o narco vem de fora, mas as redes do tráfico são já também internas. E, enquanto os meios financeiros que ele gera continuarem a circular e a comprar poderes e influências dentro e fora do país, não há instituições que possam resistir. As instituições são também pessoas e as pessoas são afastadas, excluídas, violentadas e, em último caso, aniquiladas.

–

A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE GUINEENSE NÃO DEVE SER CONFUNDIDA COM ACEITAÇÃO: RESILIÊNCIA NÃO DEVE SIGNIFICAR RESIGNAÇÃO

Outro desafio reside na insuficiente consolidação de uma cultura democrática. A democracia não se resume às eleições: exige respeito pela Constituição, separação de poderes, pluralismo, diálogo e aceitação da divergência.

Importa ainda considerar a relação entre o direito positivo e as normas costumeiras. Os mecanismos tradicionais são relevantes na mediação, mas a sua insuficiente articulação com o direito formal pode gerar insegurança jurídica ou práticas incompatíveis com direitos fundamentais. Importa valorizá-los no respeito pela Constituição e pelos direitos humanos.

A pobreza, o desemprego juvenil, as desigualdades, as dificuldades de acesso aos serviços básicos e as disputas sobre terra e recursos naturais podem igualmente aumentar tensões. A diversidade étnica, cultural e religiosa constitui uma riqueza nacional; o risco surge

quando as diferenças são instrumentalizadas para fins políticos.

"Negar às pessoas os seus direitos humanos é pôr em causa a sua própria humanidade."
Nelson Mandela

Perante estas fragilidades, a sociedade civil guineense desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos humanos, na promoção do diálogo, na participação cidadã e na prevenção de conflitos.

A **Casa dos Direitos** constitui um exemplo particularmente simbólico. O espaço que, durante o período colonial, esteve associado à detenção e repressão é hoje provavelmente o mais importante centro de afirmação dos direitos humanos e da cidadania na Guiné-Bissau. Onde antes se restringiam liberdades, promovem-se hoje direitos; onde existiu repressão, criam-se espaços de participação, diálogo e educação para a cidadania. A sua transformação demonstra como a memória de um lugar de repressão pode ser convertida num instrumento de liberdade e construção da paz.

A sociedade civil contribui também para a transparência e a responsabilização. Este papel não substitui, porém, o Estado: cabe às instituições públicas garantir direitos, assegurar uma justiça eficaz e prestar serviços adequados aos cidadãos.



CASA DOS DIREITOS

— ONDE ANTES SE RESTRINGIAM LIBERDADES, PROMOVEM-SE HOJE DIREITOS; ONDE EXISTIU REPRESSÃO, CRIAM-SE ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Consolidar a paz exige romper o ciclo da instabilidade através do fortalecimento das instituições democráticas, do respeito pelo Estado de Direito, do combate à corrupção e à impunidade e de uma justiça independente e eficaz. Exige também uma cultura democrática assente no diálogo, uma sociedade civil livre e forte e a participação efetiva das mulheres e dos jovens. A Cooperação para o Desenvolvimento pode apoiar este processo, reconhecendo os atores guineenses como parceiros efetivos na definição das prioridades e soluções.

Mas instituições fortes não constituem um fim em si mesmas. Devem produzir resultados concretos na vida dos cidadãos. A paz deve ser sentida no quotidiano: numa escola que funciona, num serviço de saúde acessível, numa justiça próxima, no acesso à água, saneamento e energia, na proteção social, no emprego digno e nas oportunidades oferecidas às novas gerações.

Existe uma relação direta entre paz, instituições e bem-estar: instituições legítimas favorecem melhores políticas, promovem direitos, reduzem desigualdades e reforçam a confiança dos cidadãos.

A consolidação da paz na Guiné-Bissau não se medirá apenas pela ausência de conflitos ou pela duração dos governos, mas pela capacidade das instituições para servir os cidadãos, garantir direitos e criar condições para uma vida digna. Uma paz sustentável será aquela que cada cidadão possa reconhecer na melhoria concreta da sua vida e na confiança de que tem voz e lugar na construção do futuro do país.

Nunca é demais chamar a atenção para a importância e co-responsabilidade da comunidade internacional de que a Guiné-Bissau faz parte. Dessa comunidade a cidadania guineense tem o direito de esperar um compromisso efetivo com os principais combates que tem pela frente. Já referimos o combate ao narcotráfico, juntemos-lhe também os meios internacionalmente legitimados que já comprovaram ser travões efetivos sobre a violação do Direito e dos direitos.

O silêncio público internacional, justificado pelas necessidades da diplomacia de corredores, ou por conveniências conjunturais e geoestratégicas, deixou de ser aceitável, passou a ser uma omissão imperdoável.

SE O ÓDIO SE APRENDE, TAMBÉM SE PODE DESAPRENDER

SANDRA MACHADO

–

Fundação Gonçalo da Silveira

Escrevo a partir do lugar híbrido onde educação e ativismo se encontram: distintos na forma, próximos na capacidade de transformação social. E começo por uma noção simples: a educação crítica não deve apenas interrogar as ideias das outras pessoas, ou dizer-lhes o que pensar. Deve, antes de mais, permitir interpelar as nossas próprias categorias, certezas e posições, a partir de possibilidades e questionamentos.

É nesse exercício de interrogação que há perguntas inevitáveis. Pode uma democracia ser o direito de dizer tudo ou precisa de criar condições para que todas as pessoas possam existir e participar nela com igual dignidade? O que acontece quando deixamos de reconhecer a desumanização? Aprendemos a reconhecer algumas pessoas como vítimas e outras como ameaças ou danos colaterais? Onde está a fronteira entre políticas migratórias e a afirmação de que pessoas migrantes são uma ameaça? Porque somos incapazes de reconhecer um genocídio? Como é que certas palavras deixaram de nos chocar? São inquietações que me têm surgido em conversas quotidianas.

Incomoda-me a facilidade com que afirmações discriminatórias são recebidas como opiniões ou piadas e a indignação que surge quando são nomeadas como racismo. Incomodaram-me os cartazes que associavam determinadas pessoas a uma ameaça, mascarados de expressão legítima de uma escolha política. É difícil compreender porque é que determinadas vidas mobilizam mais facilmente a nossa solidariedade do que outras. Quem nos ensina a olhar assim? De onde vêm estes discursos? Como é que o ódio se torna normal e o que significa educar contra essa normalização?

Talvez o problema não seja apenas a existência do discurso de ódio, mas a falta de compreensão das relações históricas e atuais de poder que o alimentam e encontram terreno fértil em desigualdades de classe, racismo, colonialidade, misoginia, xenofobia, nacionalismo, ciganismo e lgbtfobia. Combater o discurso de ódio sem interrogar as condições que o produzem deixa intacta uma parte fundamental do problema: estarmos a perder, ou a disputar, a capacidade de o reconhecer como tal.



Igualmente preocupante é a normalização da desumanização. O que antes parecia inaceitável pode hoje ser apresentado como opinião, preocupação legítima, liberdade de expressão ou senso comum. Ideias que estavam nas margens chegam ao centro do espaço público e são normalizadas e legitimadas. Este senso comum não é uma coleção neutra de opiniões: é um terreno onde determinadas conceções do mundo se tornam dominantes e outras marginalizadas[1]. Posições antes não expressas por serem socialmente inadequadas tornam-se dizíveis e politicamente mobilizáveis quando o contexto muda[2].

Se o ódio se aprende, também há processos educativos a ensiná-lo. Isto obriga-nos a reconhecer que não são apenas as escolas e universidades que educam. Educam partidos, *media*, redes sociais, famílias, discursos institucionais, políticas públicas e movimentos sociais. A sociedade é um espaço pedagógico e educação, linguagem e cultura participam na construção social e na disputa pela hegemonia. Importa, portanto, perguntar quem está a educar a sociedade e para quê.

Como voltar a interrogar aquilo que foi naturalizado? Se o que consideramos normal é histórica e socialmente produzido, pode também ser objeto de reflexão crítica e transformação através da consciencialização, do diálogo e da *práxis*[3]. Um exemplo é o discurso de ódio ancorado no racismo. Não basta ensinar que o racismo é errado: é necessário compreender como a ideia de raça foi historicamente construída, porque há pessoas percecionadas como ameaça, quem beneficia dessas representações e que histórias foram apagadas.

Combater o discurso de ódio não é apenas ensinar competências de comunicação ou literacia mediática nem educar para falar de forma mais simpática. É educar para reconhecer humanidade

1 Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* Civilização Brasileira.

2 Valentim, V. (2024). *The Normalization of the Radical Right: A Norms Theory of Political Supply and Demand.* Oxford University Press.

3 Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido.* Edições Afrontamento.

onde discursos de poder nos ensinam a ver ameaça ou problema; aprender a ler história, relações de poder, discursos políticos, *media*, imagens, fronteiras, silêncios, desigualdades e privilégios.

Uma educação crítica não procura simplesmente mudar opiniões, mas criar condições para reconhecer e interrogar criticamente a forma como foram construídas. Educar contra o discurso de ódio não pode, por isso, ser um exercício de neutralidade, mas de diálogo como prática de liberdade. E nem todas as opiniões são equivalentes: não concordar com determinada política migratória não é o mesmo que afirmar que pessoas migrantes são uma "praga"; criticar o sionismo não é o mesmo que atacar o povo judeu enquanto grupo.

Quando o ódio se torna senso comum, combatê-lo exige mais do que denunciar discursos: exige disputar pedagogicamente o mundo que procuram normalizar. A educação e a pedagogia podem reproduzir a hegemonia ou contribuir para construir posições contra-hegemónicas. É nesta construção que se situa a pedagogia antifascista[4]. Mas o que significa isto quando o fascismo já não se apresenta necessariamente como tal?

Uma educação antifascista não pretende ensinar aquilo em que se deve acreditar, mas criar condições para compreender criticamente como se constroem crenças, preconceitos e relações de poder. Se a extrema-direita educa através da linguagem, dos media, das redes sociais e dos discursos políticos, precisamos de pensar que pedagogia queremos opor-lhe: uma pedagogia que contrarie a normalização destes discursos e ajude a reconhecer desumanização, interrogar relações de poder, identificar manipulação, compreender desigualdades e participar na construção democrática do bem comum e de uma cultura de paz positiva e justa[5]. Não podemos chamar paz a sociedades onde algumas pessoas vivem permanentemente sob suspeita; diálogo a situações em que umas pessoas definem os termos da conversa e outras chegam já marcadas como problema; ou justiça à igualdade de tratamento, ignorando desigualdades que determinam quem consegue sequer participar.

Inevitavelmente, esta pedagogia tem de ser feminista, antirracista e decolonial, sob pena de combater uma forma de dominação enquanto reproduz outras. É crucial perguntar quem educa quem, a partir de que conhecimentos e com que ideia de humanidade: pensamento crítico de quem, sobre quem e a partir de onde?[6]

Neste sentido, a ED ajuda-nos a pensar a educação como espaço de disputa por outros sentidos de humanidade, democracia, justiça, pertença e esperança. Uma educação que permita perceber como o que pensamos é produzido; que relações de poder estão presentes; como se constrói a imagem do "outro"; que consequências têm preconceitos apresentados como opiniões; o quê e quem está ausente; que alternativas não estamos a imaginar. Valores como solidariedade e tolerância são importantes, mas é urgente questionar estruturas, pressupostos e desigualdades que (re)produzem problemas específicos, entre eles o discurso de ódio.

Uma educação crítica permite perceber que o discurso de ódio não é apenas uma questão de linguagem, embora as palavras importem: produzem imagens, legitimam fronteiras, criam inimigos e normalizam exclusões. É também uma questão de poder. Raça, género, classe, nacionalidade, religião, sexualidade e outras dimensões cruzam-se na forma como certas pessoas são construídas como ameaça e na possibilidade que têm de responder a essa representação[7]. Uma democracia não se define apenas pela capacidade formal de falar, mas também por quem pode pertencer, falar e definir o que se considera normal.

Num mundo em que discursos de ódio e formas de desumanização se normalizam no espaço público, educar para a paz, justiça e democracia não pode limitar-se a promover respeito e diálogo entre opiniões diferentes. Exige compreender como se constroem as ideias de normalidade, ameaça e pertença, interrogando relações de poder, desigualdades e heranças coloniais e patriarcais. Impõe perceber que paz não é silêncio; diálogo não é neutralidade; justiça não é tratar como iguais pessoas que partem de posições desiguais.

Uma ED crítica deve propor uma pedagogia inclusiva, democrática, feminista, antifascista, antirracista, decolonial e orientada para o bem comum: capaz de tornar visível aquilo que se tornou invisível; questionável o que se tornou bom senso; e imaginável o que os discursos dominantes apresentam como impossível.

Se o ódio se aprende, também se pode desaprender. Mas desaprender o ódio exige mais do que ensinar tolerância: exige aprender a ler criticamente o mundo que o produz.

— SE O ÓDIO SE APRENDE, TAMBÉM SE PODE DESAPRENDER. MAS DESAPRENDER O ÓDIO EXIGE MAIS DO QUE ENSINAR TOLERÂNCIA: EXIGE APRENDER A LER CRITICAMENTE O MUNDO QUE O PRODUZ

4 Díez Gutiérrez, E. J. (2025). *Pedagogía antifascista: Construir una pedagogía inclusiva, democrática y del bien común frente al auge del fascismo y la xenofobia* (2.ª ed. rev. e ampl.). Octaedro.

5 ADRA & parceiros do projeto. (2023). *A urgência de ler o mundo: Paz — Estudo Formativo ED-Comunicar: do Conhecimento à Mobilização.*

6 Andreotti, V. O. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft versus Critical. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social.*

7 Hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.* Editora WMF Martins Fontes.

Aceda aqui à versão completa

ESPAÇO CÍVICO: UM OLHAR SOBRE O BRASIL E CABO VERDE

Participantes

HENRIQUE FROTA
Diretor Executivo da ABONG

FELISBERTO MOREIRA
Presidente do Conselho de Direção da Plataforma das ONGD de Cabo Verde

Entrevista conduzida por

RITA LEOTE
Diretora Executiva da Plataforma Portuguesa das ONGD

MAFALDA INFANTE
Responsável de *Advocacy* e Comunicação da Plataforma Portuguesa das ONGD



HENRIQUE FROTA



FELISBERTO MOREIRA

Quais consideram ser, atualmente, as principais restrições ao espaço cívico no vosso país?

HENRIQUE FROTA: No caso do Brasil, temos um ambiente bastante propício para a atuação da sociedade civil, porque a nossa Constituição e a legislação brasileira asseguram o direito fundamental de liberdade de associação. O que temos, sim, são muitos ataques ao espaço cívico no que diz respeito a violências. O Brasil é um dos países com maiores índices de violência e de homicídios contra ativistas ambientais, ativistas de direitos humanos, povos indígenas e pessoas LGBT. Apesar de termos um ambiente jurídico favorável, é constante a atuação, no nosso Congresso Nacional, de tentativas de uma nova legislação que restrinja a atuação das ONG, especialmente tentando promover o fechamento do financiamento internacional no Brasil. Um outro elemento que nos preocupa em relação ao espaço cívico é o tema da sustentabilidade. As ONG podem ser criadas e instituídas, mas têm cada vez menos recursos e cada vez menos condições de se manterem.

FELISBERTO MOREIRA: Em Cabo Verde, podemos dizer que existe, de uma forma global, um ambiente saudável de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado. Cabo Verde continua classificado como livre pela Freedom House em 2026 e como país com espaço cívico aberto pelo CIVICUS Monitor, e as liberdades de expressão, de associação e de reunião são amplamente reconhecidas e exercidas. Entretanto, não podemos dizer que não haja problemas. Podemos destacar, em primeiro lugar, alguma pressão sobre a independência da comunicação social e dificuldades de acesso à informação pública. Há também pressão relacionada com o financiamento pouco previsível das organizações da sociedade civil e limitações ao exercício de direitos sindicais.

De que forma essas restrições afetam a participação dos/as cidadãos/ãs, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais?

FELISBERTO MOREIRA: Ao nível do financiamento, é uma reivindicação que vem sendo feita há vários anos, mas penso que nunca houve um trabalho sistemático e persistente no sentido de fazer com que os responsáveis políticos criem as condições para que haja previsibilidade do financiamento. Isto acontece também por causa daquilo a que podemos chamar represálias: as pessoas acabam por correr o risco, por vezes, de perder o seu emprego por causa do seu ativismo político. Entre os nossos associados, existem profissionais que trabalham no órgão público de comunicação social, e essas pessoas muitas vezes sentem-se limitadas e correm o risco de sofrer repressão.

HENRIQUE FROTA: Penso que o tema da violência e dos assassinatos de ativistas impacta diretamente, porque as pessoas ficam com muito medo de continuar. Isso vai desmobilizando o trabalho dos ativistas. Eu diria que o Estado brasileiro não necessariamente é quem comete as violências, mas ao mesmo tempo é omisso nessas situações, porque quase não há investigações, quase não há solução desses crimes e quase não há punição das pessoas que os cometem. A população brasileira de uma maneira geral foi ficando desmotivada e desacreditando desses processos. Penso que isso tem relação com o facto de os governos não terem muita *accountability*: os processos participativos decidem alguma coisa e o governo não presta contas.

“O TEMA DA VIOLÊNCIA E DOS ASSASSINATOS DE ATIVISTAS IMPACTA DIRETAMENTE, PORQUE AS PESSOAS FICAM COM MUITO MEDO DE CONTINUAR. ISSO VAI DESMOBILIZANDO O TRABALHO DOS ATIVISTAS”

Que formas de resistência ou estratégias têm sido utilizadas pela sociedade civil para responder a essas restrições?

HENRIQUE FROTA: O trabalho da ABONG e de outras organizações no Brasil sempre foi uma tentativa de ter um marco legislativo, um marco jurídico melhor para as organizações. Em 2014, portanto, há 12 anos, conseguimos aprovar no Congresso um marco legal também para as organizações da sociedade civil na relação com o financiamento público. Mas o marco jurídico não é suficiente sozinho, porque existe uma cultura institucional dentro do Estado brasileiro, uma cultura por vezes mais autoritária quando se pensa na relação com a sociedade civil. Outro tema em que temos trabalhado muito é o fortalecimento das próprias organizações: apoiá-las em temas de segurança digital e segurança institucional, com atividades de formação, com alguns apoios e com a orientação jurídica que a ABONG também oferece a organizações do campo que estão vivendo problemas.

FELISBERTO MOREIRA: O que temos feito é continuar a partilhar a nossa voz, ou seja, as recomendações e as preocupações que apresentamos a nível nacional, e queremos continuar a promover o espaço de diálogo estruturado entre as organizações, a sociedade civil e o governo. Batalhamos para que haja uma nova lei, uma lei de financiamento das organizações da sociedade civil. Defendemos, por exemplo, a necessidade da participação da sociedade civil em todas as fases do processo, desde a identificação das necessidades até à implementação e monitorização das políticas públicas. Queremos posicionar-nos claramente como um parceiro ativo, participando em todas as fases do processo, e que ajuda o próprio Estado a resolver os problemas dos cidadãos, que, ao fim e ao cabo, é o objetivo de todos nós.

Que mudanças consideram necessárias para garantir um espaço cívico mais aberto e participativo no vosso país?

FELISBERTO MOREIRA: Em primeiro lugar, tornar a informação pública efetivamente acessível. É preciso também garantir a participação antes da decisão. Não se pode decidir e depois chamar a sociedade civil para participar; isso não é participação. É preciso assegurar o financiamento transparente e previsível às organizações. Importa reforçar a independência e o pluralismo dos meios de comunicação. Por fim, a descentralização da participação, com encontros nas várias ilhas de Cabo Verde, em formatos presenciais e digitais, com utilização do português e do crioulo, que é a nossa língua materna, e com acessibilidade para pessoas com deficiência.

HENRIQUE FROTA: Como eu dizia, já temos muitos mecanismos de participação social no Brasil, mas a população não está muito motivada, porque os governos não necessariamente seguem aquilo que foi deliberado. Consolidar um sistema de participação social no Brasil, com instrumentos do Estado brasileiro e não de governos, é uma medida importante que sempre temos defendido. Não basta ter os instrumentos de participação, e aqui coincido com o Felisberto: o governo tem que ser mais responsivo, mais *accountable*.

“A IMPORTÂNCIA DESSE VÍNCULO E DESSA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL É CADA VEZ MAIOR, MAS AGORA NÃO PARA SALVAR A NÓS MESMOS, E SIM PARA TENTARMOS SALVAR TODOS EM CONJUNTO”

Perante as atuais restrições globais ao espaço cívico, que formas de resistência e solidariedade transnacional podem servir de inspiração e que lições podemos retirar dessas experiências?

HENRIQUE FROTA: Tivemos muitas mudanças no relacionamento com outros países, com a sociedade civil de outros países, especialmente olhando para a sociedade civil europeia. Penso que esse ciclo acabou, por vários motivos. Não acho que seja mais o momento de olhar para a Europa e pedir socorro, porque a Europa vive a mesma angústia e problemas muito semelhantes aos nossos. A importância desse vínculo e dessa articulação internacional é cada vez maior, mas agora não para salvar a nós mesmos, e sim para tentarmos salvar todos em conjunto, porque os movimentos de extrema-direita estão também nos países do Norte Global.

FELISBERTO MOREIRA: Para nós é fundamental continuar o trabalho em rede e reforçar a nossa rede nacional. Além de reforçar a rede nacional, queremos contar com a solidariedade transnacional, que pode apoiar a prevenção de retrocessos democráticos e fortalecer organizações com recursos mais limitados. Cabo Verde é o oitavo país a acolher uma iniciativa chamada Ubuntu Hub Cities, uma iniciativa da African Defenders, rede africana que consiste em apoiar os defensores em risco. Juntamente com os países da região e outros, continuamos a fazer esse trabalho de rede, influência e apoio mútuo.

“NÃO SE PODE DECIDIR E DEPOIS CHAMAR A SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAR; ISSO NÃO É PARTICIPAÇÃO”

QUANDO A PROTEÇÃO DÁ LUGAR AO CONTROLO: MIGRAÇÕES, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE NA EUROPA

JORGE SOUSA
Coordenador de Comunicação e *Advocacy* da Médicos do Mundo

Nas últimas décadas, as políticas migratórias europeias têm sido marcadas por uma crescente aposta em mecanismos de controlo, dissuasão e externalização. Embora a União Europeia (UE) continue a afirmar o seu compromisso com os direitos humanos, a evolução recente das políticas de migração e asilo coloca em causa a proteção efetiva das pessoas migrantes e requerentes de asilo.

A forma como uma sociedade trata as pessoas migrantes revela o seu compromisso com os direitos humanos.

QUANDO O RECEIO DE DETENÇÃO, DEPORTAÇÃO OU OUTRAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS LEVA ALGUÉM A EVITAR PROCURAR CUIDADOS DE SAÚDE OU A ADIAR TRATAMENTOS, A SAÚDE TORNA-SE UMA FRONTEIRA

Nos últimos anos, a UE tem reforçado uma abordagem centrada no controlo das fronteiras, na aceleração dos procedimentos de asilo, no aumento dos retornos e na transferência da gestão migratória para países terceiros. O Pacto Europeu sobre Migração e Asilo foi apresentado como uma resposta abrangente aos desafios migratórios europeus. Contudo, a Médicos do Mundo considera que várias das suas disposições representam um recuo na proteção dos direitos fundamentais. A expansão dos procedimentos de fronteira, o maior recurso à detenção e a transferência de responsabilidades para países terceiros dificultam o acesso à proteção internacional e ao direito de asilo, aumentando a vulnerabilidade das pessoas migrantes.



Esta tendência tem sido aprofundada por iniciativas mais recentes, como o Regulamento Europeu de Retorno. O reforço das deportações e das possibilidades de detenção reflete uma orientação cada vez mais centrada na contenção dos movimentos migratórios. Quando a proteção deixa de orientar as políticas públicas e é subordinada a objetivos de controlo, fragilizam-se direitos fundamentais, incluindo o direito à proteção internacional.

Quando o receio de detenção, deportação ou outras consequências administrativas leva alguém a evitar procurar cuidados de saúde ou a adiar tratamentos, a saúde torna-se uma fronteira.

A discussão sobre migrações tende a concentrar-se em números, fluxos e procedimentos. Porém, por detrás desses indicadores existem pessoas expostas a vulnerabilidade, violência, discriminação e exclusão de direitos. É muitas vezes nos serviços de saúde que estas consequências se tornam mais visíveis.

Muitas das medidas promovidas no atual enquadramento europeu agravam obstáculos ao

EM MUITOS CASOS, NÃO É NECESSÁRIA UMA PROIBIÇÃO FORMAL DE ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE PARA QUE ESTES SE TORNEM INACESSÍVEIS. BASTA QUE O MEDO SE INSTALE

exercício de direitos fundamentais, incluindo o direito à saúde. Em muitos casos, não é necessária uma proibição formal de acesso aos cuidados de saúde para que estes se tornem inacessíveis. Basta que o medo se instale.



Por esta razão, a Médicos do Mundo tem alertado para um fenómeno particularmente preocupante: a instrumentalização da saúde para fins de controlo migratório. Quando dados clínicos ou o acesso aos cuidados são associados a processos de fiscalização, detenção ou deportação, a saúde deixa de ser tratada exclusivamente como um direito humano e passa a ser utilizada como instrumento de controlo.

A relação entre profissionais de saúde e utentes assenta na confiança e na confidencialidade médica. Quando informações clínicas contribuem para processos de deportação, quando serviços essenciais são associados à fiscalização ou quando o acesso aos cuidados depende do estatuto administrativo, essa confiança fica comprometida.

As consequências vão além das pessoas diretamente afetadas. Quem evita procurar assistência médica por receio das consequências administrativas corre maiores riscos para a sua saúde e bem-estar. Fragilizam-se simultaneamente as pessoas, as comunidades e os próprios sistemas de saúde, com impactos que afetam a saúde pública no seu conjunto.

Este debate torna-se ainda mais evidente para além das fronteiras europeias. A UE tem aprofundado acordos com países terceiros para o controlo migratório. Embora apresentados como instrumentos de gestão, estes mecanismos transferem responsabilidades de proteção para contextos onde persistem sérias preocupações em matéria de direitos humanos.

Também no Mediterrâneo, uma das fronteiras mais mortíferas do mundo, continua a verificar-se uma tensão crescente entre a proteção da vida humana e as políticas de dissuasão. O reforço do controlo não eliminou as causas que levam as pessoas a migrar.

Importa recordar que a migração não constitui uma ameaça à democracia, ao Estado de Direito ou à coesão social. O desafio consiste em garantir que as respostas políticas permanecem coerentes com os valores que as instituições europeias afirmam defender e com as obrigações internacionais que assumiram em matéria de direitos humanos.

Esta é, em última análise, uma questão central para o ODS 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas, que promove sociedades pacíficas e inclusivas e instituições eficazes e responsáveis. Falar de paz, justiça e instituições fortes implica avaliar a forma como os Estados tratam as pessoas mais vulneráveis, incluindo quem procura proteção. Implica perguntar se geram confiança ou medo, inclusão ou exclusão.

Instituições justas e inclusivas não exigem que uma pessoa escolha entre procurar cuidados de saúde e preservar a sua própria segurança. Uma política pública eficaz protege a saúde das populações em vez de criar obstáculos ao seu acesso. E uma sociedade inclusiva reconhece que a dignidade humana não depende da nacionalidade, origem ou estatuto administrativo.

O futuro das políticas migratórias europeias dependerá da sua capacidade de conciliar a gestão das migrações com a proteção dos direitos humanos, garantindo a proteção de vidas, o acesso a direitos e o respeito pela dignidade humana.

Quando o acesso à saúde é condicionado pelo medo, quando a proteção cede lugar à dissuasão e quando os direitos fundamentais se tornam secundários face aos objetivos de controlo migratório, não são apenas as pessoas migrantes que ficam mais vulneráveis. É o próprio compromisso europeu com os direitos humanos, o Estado de Direito e a construção de sociedades mais justas, inclusivas e solidárias que sai enfraquecido.

À CONVERSA COM
FLORBELA PARAÍBA

Presidente do Camões I.P.

–

ENTREVISTA CONDUZIDA POR

Mafalda Infante, Responsável de *Advocacy* e Comunicação da Plataforma Portuguesa das ONGD

FLORBELA PARAÍBA



Num contexto internacional marcado por conflitos, desigualdades crescentes, crises humanitárias, uma crescente pressão sobre o multilateralismo e redução do financiamento para o desenvolvimento, qual deve ser hoje o papel da cooperação portuguesa e quais são os principais desafios que as políticas de cooperação enfrentam? Que mudanças considera necessárias para reforçar a sua relevância, eficácia e impacto?

A cooperação para o desenvolvimento mantém uma importância estratégica num contexto internacional em profunda transformação. Para Portugal, constitui um vetor da nossa política externa, através do qual procuramos estabelecer parcerias com países com os quais mantemos relações históricas, políticas, culturais e económicas. Articulamos um conjunto de compromissos e projetos conjuntos, em linha com os valores e interesses que orientam a nossa política externa e contribuímos, desse modo, para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, assim como para a promoção da estabilidade e da resiliência das sociedades. Desenvolvimento, paz e segurança estão estreitamente interligados, pelo que investir nas pessoas, reduzir desigualdades, reforçar instituições e criar oportunidades contribui também para prevenir situações de fragilidade e reforçar a segurança e o bem-estar globais.

A resposta da Cooperação Portuguesa a estes desafios encontra-se enquadrada pela Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, que visa reforçar a eficácia, a coerência e o impacto da cooperação portuguesa, alinhando-a com a Agenda 2030 e com os compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Num contexto de maior pressão sobre os recursos disponíveis, temos de ser particularmente exigentes nas escolhas que fazemos, evitando a dispersão de meios por uma multiplicidade de intervenções sem escala suficiente. A Cooperação Portuguesa deve, por isso, preservar e aprofundar aquilo que constitui uma das suas marcas distintivas:

–

"DESENVOLVIMENTO, PAZ E SEGURANÇA ESTÃO ESTREITAMENTE INTERLIGADOS, PELO QUE INVESTIR NAS PESSOAS, REDUZIR DESIGUALDADES, REFORÇAR INSTITUIÇÕES E CRIAR OPORTUNIDADES CONTRIBUI TAMBÉM PARA PREVENIR SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE E REFORÇAR A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR GLOBAIS"

a promoção do desenvolvimento humano através do investimento nas pessoas, nas suas capacidades, competências, direitos e oportunidades. E, neste quadro, a partilha da Língua Portuguesa com os nossos principais parceiros é um fator de importância crucial.

Com efeito, há que salientar a experiência acumulada por Portugal em áreas como a educação, a saúde, a justiça e o fortalecimento das instituições, setores em que podemos mobilizar conhecimento e experiência e em que a proximidade histórica, cultural e linguística com muitos dos nossos parceiros favorece relações duradouras e assentes na confiança. A esta dimensão acresce a especificidade do Camões, I.P., enquanto instituto que reúne as áreas da cooperação, da língua e da cultura, permitindo valorizar também a relação entre cultura e desenvolvimento.

A cooperação bilateral continua, naturalmente, a ocupar um lugar central entre as nossas intervenções, mas são cada vez mais relevantes as modalidades que permitem alargar parcerias e mobilizar novas capacidades e recursos. A cooperação delegada da União Europeia constitui um bom exemplo desta lógica, permitindo ao Camões, I.P. gerir recursos da UE e conjugá-los com a experiência e as capacidades da Cooperação Portuguesa, aumentando a escala e o impacto dos seus projetos. A cooperação triangular constitui outra modalidade a que a Cooperação Portuguesa tem vindo a atribuir uma importância crescente, permitindo articular conhecimentos, competências e recursos de diferentes parceiros, em torno das prioridades dos países com quem trabalhamos.

Uma maior eficácia passa também por aprofundar a localização da cooperação, envolvendo os parceiros e as comunidades locais na identificação das necessidades, na conceção e implementação das intervenções e na avaliação dos resultados. Esse envolvimento é essencial para que as soluções respondam às especificidades de cada contexto, sejam efetivamente apropriadas pelos parceiros e produzam resultados que perdurem para além de cada intervenção e tragam benefícios mútuos.

Devemos, igualmente, tirar pleno partido do carácter descentralizado da Cooperação Portuguesa. A diversidade dos atores que nela participam constitui uma importante mais-valia, ao permitir mobilizar competências e conhecimento existentes em diferentes áreas governativas, no poder local, nas universidades, na sociedade civil e nas empresas. Mas essa diversidade exige também maior coordenação e

concertação, para que intervenções desenvolvidas por diferentes atores concorram para objetivos comuns, se complementem e não originem duplicações. É também essa uma dimensão central da missão do Camões, I.P., enquadrada pelas prioridades definidas na Estratégia.

Num mundo marcado por interdependências crescentes, é igualmente fundamental assegurar maior coerência entre a política de cooperação e outras políticas públicas com impacto no desenvolvimento, reforçando simultaneamente a nossa capacidade de atuação no quadro europeu e multilateral, onde Portugal deve continuar a contribuir para respostas coletivas aos desafios globais.

Finalmente, a eficácia da cooperação exige uma cultura sólida de acompanhamento e avaliação, que permita prestar contas dos recursos utilizados e dos resultados alcançados, mas também aprender com a experiência e incorporar essa aprendizagem na conceção de futuras intervenções. A par disso, temos de ser capazes de comunicar melhor aos cidadãos o que é a Cooperação Portuguesa, por que razão continua a ser relevante e que resultados alcança. Num período em que a cooperação internacional enfrenta maior competição por recursos e atenção, demonstrar o seu impacto é também essencial para reforçar a sua legitimidade e reconhecimento.

Perante a multiplicação e o prolongamento dos conflitos e a crescente fragilidade de muitos contextos, que papel pode desempenhar a cooperação para o desenvolvimento na prevenção de conflitos e na construção e consolidação da paz? E de que forma o Camões, I.P. pode contribuir para uma abordagem que vá além da resposta às crises, atuando também sobre as suas causas e sobre a resiliência das comunidades?

A evolução do panorama humanitário tem demonstrado que muitas crises deixaram de ser situações pontuais para se tornarem crises prolongadas, marcadas por deslocações forçadas, fragilidade institucional e vulnerabilidades persistentes. Neste contexto, a resposta de emergência continua a ser essencial para salvar vidas, mas revela-se insuficiente quando os desafios se mantêm durante anos. Torna-se, por isso, fundamental adotar uma abordagem centrada no Triplo Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz, que permita responder às necessidades imediatas das populações, reforçar simultaneamente a resiliência das comunidades e das instituições locais e contribuir para a prevenção e redução dos fatores de fragilidade e conflito.

Investir no desenvolvimento significa também atuar sobre condições que estão na origem de muitas situações de fragilidade e que podem favorecer a emergência ou o agravamento de conflitos. Sociedades mais resilientes precisam de instituições capazes de responder às necessidades



dos cidadãos, de sistemas de educação e saúde que funcionem, de acesso à justiça, de menores desigualdades e de condições para que as populações participem na construção do seu próprio futuro.

Grande parte da atuação do Camões, I.P. com os países parceiros, em setores estruturantes como a educação, a saúde, a justiça ou a capacitação institucional, deve também ser entendida nesta perspetiva. Ao reforçar a capacidade dos Estados para conceber e executar políticas públicas e assegurar serviços essenciais, contribuímos para a existência de instituições mais capazes de responder às necessidades e expectativas das populações e, dessa forma, para sociedades mais coesas e resistentes.

A construção da resiliência não pode, contudo, limitar-se ao reforço das instituições do Estado. Exige igualmente um trabalho continuado com as comunidades e com a sociedade civil. A localização da ajuda é, por isso, uma dimensão essencial desta abordagem, assumindo também particular relevância no domínio da ação humanitária, onde importa reconhecer que as organizações e comunidades locais não são apenas beneficiárias, mas atores centrais na resposta às crises.

As responsabilidades do Camões, I.P. no domínio da Ação Humanitária e de Emergência tornam particularmente importante a articulação entre as várias dimensões da nossa atuação. A prevenção, a resposta à emergência, a recuperação e o desenvolvimento não podem ser entendidos como realidades inteiramente separadas, sobretudo em situações de fragilidade e de crises prolongadas. Precisamos de estabelecer pontes entre a resposta às necessidades imediatas e uma intervenção de médio e longo prazo sobre as vulnerabilidades e causas estruturais que lhes estão subjacentes.

É nesta articulação que a cooperação pode dar um contributo efetivo para a construção da paz: responder às consequências das crises, mas também reduzir as vulnerabilidades que lhes estão na origem e criar condições para soluções mais duradouras.

Assistimos, em diferentes regiões do mundo, a um enfraquecimento das instituições democráticas, a restrições crescentes às liberdades fundamentais e a uma redução do espaço de atuação da sociedade civil. Qual o papel da cooperação para o desenvolvimento na promoção da democracia, do Estado de direito e de um espaço cívico aberto e participado? E como pode o Camões, I.P. reforçar esse contributo?

Instituições capazes e uma sociedade civil ativa e participativa são condições essenciais para que os processos de desenvolvimento sejam sustentáveis. Por isso, a política portuguesa de cooperação enquadra, nos seus objetivos, o respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito.

A par do trabalho que fazemos de reforço das instituições e capacidades públicas dos nossos parceiros, mantemos uma aposta consistente nas sociedades civis. As organizações da sociedade civil devem ser reconhecidas como parceiros fundamentais dos processos de desenvolvimento e não apenas como executoras de projetos. A sua proximidade às comunidades permite-lhes identificar necessidades, acompanhar políticas públicas, mobilizar cidadãos e contribuir para a defesa de um espaço cívico aberto e participado, fazendo chegar aos processos de reflexão e decisão as perspetivas e experiências de grupos que nem sempre dispõem dos mesmos canais de representação.

A Cooperação Portuguesa tem uma tradição consolidada de relacionamento com as organizações da sociedade civil, de que é expressão a parceria de longa data entre o Camões, I.P. e a Plataforma Portuguesa das ONGD. Esta parceria traduz o reconhecimento do papel fundamental das ONGD nos diferentes domínios da Cooperação Portuguesa e vai além de uma relação de financiamento, assentando também na participação, no diálogo e na reflexão sobre as políticas de desenvolvimento.

Há ainda uma dimensão interna que não devemos perder de vista. A promoção dos valores democráticos, da participação e da cidadania está igualmente presente na Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global. Esta dimensão permite contribuir, também em Portugal, para a formação de cidadãos mais informados e participativos, capazes de compreender as interdependências entre realidades locais e globais e de desenvolver uma leitura crítica dos desafios do desenvolvimento.

A transformação digital e, em particular, a rápida evolução da inteligência artificial colocam igualmente novos desafios à democracia e ao espaço cívico. A disseminação de desinformação, a manipulação de conteúdos e os riscos associados à utilização de sistemas de inteligência artificial podem afetar o acesso a informação fiável, a participação cívica e o exercício de direitos fundamentais. São desafios que a cooperação para o desenvolvimento também não pode ignorar. O reforço de capacidades institucionais, a partilha de conhecimentos e boas práticas e a integração da dimensão digital nas intervenções de apoio à governação democrática, ao Estado de direito e à participação da sociedade civil podem constituir vias importantes para responder a esta nova realidade.

Considerando estes desafios, quais são hoje as principais prioridades do Camões, I.P. para garantir que a cooperação portuguesa produz resultados sustentáveis e contribui efetivamente para o desenvolvimento, a paz, a justiça e a democracia? Que papel devem assumir, neste esforço, as parcerias com os países parceiros, as organizações da sociedade civil e os restantes atores da cooperação?

Se há uma prioridade transversal a todos estes desafios, é a capacidade de construir parcerias que sejam eficazes, inclusivas e orientadas para resultados. Porque a sustentabilidade dos nossos resultados começa pela qualidade das parcerias que conseguimos construir e isso pressupõe uma presença próxima e previsível junto dos países parceiros e, sobretudo, a sua participação efetiva na definição das prioridades, na conceção das intervenções e na avaliação dos resultados.

É importante assumir esta relação numa lógica de reciprocidade e aprendizagem mútua, reconhecendo o conhecimento, a experiência e as capacidades que os próprios países parceiros trazem para a construção das respostas.

A previsibilidade constitui, como disse, uma condição importante para a qualidade destas parcerias, permitindo planear no médio prazo e conferir maior estabilidade a intervenções destinadas a criar capacidades ou a produzir mudanças que, pela sua própria natureza, exigem continuidade.

Em resumo, uma boa parceria não se mede apenas pelos recursos financeiros que mobiliza e a Cooperação Portuguesa é mais reconhecida pela proximidade e pelo impacto em que se traduz do que propriamente pelos fluxos que mobiliza. A cooperação técnica, a capacitação institucional, a formação e a partilha de conhecimentos e experiências permitem mobilizar competências existentes em diferentes áreas das administrações e das sociedades, portuguesa e dos nossos parceiros, e constituem uma dimensão particularmente relevante da nossa atuação.

Do ponto de vista institucional, o Camões, I.P. ocupa uma posição singular no sistema da Cooperação Portuguesa, tendo a responsabilidade de articular diferentes instrumentos e modalidades de cooperação, bem como de mobilizar uma grande diversidade de atores nacionais. Temos, por isso, de continuar a trabalhar de forma cada vez mais articulada com as diferentes áreas governativas e organismos públicos, mas também com as organizações da sociedade civil, o poder local, as universidades e centros de investigação, as fundações, as empresas e as instituições financeiras. Cada um destes atores traz competências, conhecimento e capacidades distintas, que devemos mobilizar de forma complementar em função dos objetivos de cada intervenção.

Esta lógica está igualmente presente na participação portuguesa nas iniciativas da Equipa Europa e na *Global Gateway*, que nos permite integrar capacidades e experiência nacionais em parcerias europeias de maior dimensão, potenciar complementaridades e envolver uma diversidade mais ampla de atores.

Também a cooperação triangular ocupa um lugar importante nesta abordagem. Portugal tem vindo a valorizá-la de forma consistente, tanto na prática da sua cooperação como na promoção do debate internacional. Este mês realizou-se, em Lisboa, a 10.ª Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular, promovida pelo Camões, I.P. e pela OCDE, que deu continuidade a mais de uma década de diálogo, aprendizagem e reflexão sobre o futuro da cooperação triangular.

Esta prioridade traduz-se igualmente nos instrumentos que promovemos. É o caso do Fundo de Cooperação Triangular Portugal-América Latina-África, desenvolvido com a Secretaria-Geral Ibero-Americana, que conta já com duas convocatórias. A segunda convocatória, lançada em 2026, contou uma vez mais com um financiamento de um milhão de euros do Camões, I.P., destinado a apoiar intervenções que associam parceiros de Portugal, da América Latina e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). As cinco iniciativas selecionadas envolvem 23 instituições públicas, académicas e da sociedade civil dos PALOP e da região ibero-americana, em áreas que vão da educação e saúde às alterações climáticas, segurança alimentar, transformação digital e criação de emprego e formação profissional de jovens. É um bom exemplo de como a cooperação triangular pode aproximar regiões, valorizar experiências diversas e construir respostas conjuntas para desafios partilhados.

Perante a multiplicação de crises, a pressão sobre os recursos disponíveis e o alargamento das expectativas colocadas sobre a cooperação para o desenvolvimento, é essencial definir prioridades claras e assegurar uma afetação estratégica dos recursos. Consequentemente, o Camões, I.P. deve continuar a aprofundar a sua capacidade de mobilizar parcerias e instrumentos diversificados, mantendo simultaneamente um foco inequívoco nos PALOP e em Timor-Leste, enquanto espaços prioritários da Cooperação Portuguesa.

"A SUSTENTABILIDADE DOS NOSSOS RESULTADOS COMEÇA PELA QUALIDADE DAS PARCERIAS QUE CONSEGUIMOS CONSTRUIR"

O desafio, em última análise, é consolidar uma lógica de parceria assente na proximidade, na previsibilidade e na apropriação, capaz de mobilizar diferentes recursos e competências e de dar maior escala à nossa atuação. Tudo isto deve permanecer enquadrado pelas prioridades da política externa portuguesa, pelos compromissos internacionais assumidos por Portugal e pelas prioridades dos países parceiros. A nossa capacidade de produzir resultados duradouros para as pessoas dependerá, em boa medida, da definição de prioridades claras, da solidez das parcerias, do reforço institucional e da forma como conseguirmos transformar a diversidade de atores, necessidades e intervenções em verdadeira complementaridade.

RECURSOS

ARTIGOS/PUBLICAÇÕES

Children's Rights Watch, *Children Under Fire* (2026)

Children's Rights Watch, *Traces of the Algorithm – How strikes that killed children in Lebanon, Gaza and Iran match the reported patterns of AI-assisted targeting* (2025)

Children's Rights Watch, *What Geolocating an RSF Drone Strike Indicates about the Group's Tactics* (2026)

Clube de Lisboa, *O Fim da Governação Global?* (2026)

Clube de Lisboa, *Que Multilateralismo(s) e que Nações Unidas na Resposta aos Desafios Globais?* (2026)

European Civic Forum, *Civic Space Report* (2025)

Forus International, *Cooperation That Works – Civil Society in South-South and Triangular Cooperation* (2026)

Forus International, *Forus Post-2030 Vision Paper*

Forus International, *Strengthening the Enabling Environment for Civil Society* (2026)

Mundo Crítico n.º 10, *Desenvolvimento e paz em tempos de conflitos*

Plataforma Portuguesa das ONGD, *Declaração da Plataforma sobre a Palestina* (2025)

Plataforma Portuguesa das ONGD, *Uma onda que nos leva, uma onda que se agiganta – Resistência e Esperança num Espaço Cívico Ameaçado* (2025)

Positive Peace Report 2026

Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2023-2025: entre a fragilidade institucional e a resistência cívica

Revista Sinergias, *Memória, Celebração e Resistências* (2026)

The Sustainable Development Goals Report 2026

V-Dem Centro Regional Europa do Sul, *Relatório da Democracia 2026 – Desvendar a Era Democrática?* (2026)

WEBSITES

ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos · Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte) · Children's Rights Watch · CIVICUS Monitor · Clube de Lisboa · EU SEE · Freedom House · Fundação Gonçalo da Silveira · Global Democracy Coalition · Institute for Economics and Peace · Instituto Camões, I.P. · International Institute for Democracy and Electoral Assistance · Liga Guineense dos Direitos Humanos · Médicos do Mundo · Zero

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AFIM MUIPITI ASSOCIAÇÃO DE AJUDA FRATERNA À ILHA DE MOÇAMBIQUE
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE INHARRIME - PORTUGAL
ASSOCIAÇÃO AVOAR
ASSOCIAÇÃO EQUIPA D'ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO HORIZONTES
ASSOCIAÇÃO NOVA DIMENSÃO
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ASSOCIAÇÃO SER MAIS VALIA
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
BRIGADA DO MAR
CÁRITAS PORTUGUESA
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CHAPITÔ
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO CLARET PROCURA
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO
GIRL MOVE PORTUGAL
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
HEALTH4MOZ HEALTH FOR MOZAMBICAN CHILDREN AND FAMILIES
HUMANITAVE ASSOCIAÇÃO DE EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
KARINGANA WA KARINGANA ASSOCIAÇÃO
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SAÚDE EM PORTUGUÊS
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER